



CONTRATO nº 01/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 013/2025

PREGÃO ELETRÔNICO nº 006/2025

CONTRATO nº 001/2025

O **MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ nº. 76.235.738/0001-08, com sede à Avenida Interventor Manoel Ribas, 06, neste ato legalmente representado pelo Prefeito Municipal Amarildo Tostes, brasileiro, casado, portadora do CPF nº 478.507.959-20 e RG: nº 3.554.127-6 SSP/PR, doravante denominado CONTRATANTE; e do outro lado a empresa, GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ nº 90.180.605/0001-02, com sede na Rua: Marechal Floriano Peixoto, nº 450, na cidade de Porto Alegre, RS, representada por Aureliano José Alcantara da Silva, inscrito no CPF sob o nº 557.701.269-49 e Registro Geral-RG, sob nº 3.726.311-7, doravante denominada CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, bem como as exigências deste Edital; têm entre si justos e avençados, e celebra, por força deste instrumento, o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Objeto–

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para cobertura de seguro para veículos da Frota Municipal, por um período de 12 meses, com assistência técnica 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana, em todo o território nacional, nas condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA.

1.2. Objeto da Contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	SECRETARIA MUNICIPAL	Franquia Máxima R\$	Unid.	QUANT.	VALOR UNIT R\$	VALOR TOTAL R\$
01	IVECO/TECTOR 170E21, Ano/Modelo 2019/2019, Cor Branca, Placa BCU- 9I72 Chassi: 93ZA01RF0K8934645 Combustível: DIESEL, Cobertura de casco 100% Tabela FIPE; RCF-V danos materiais e corporais R\$ 400.000,00; APP morte R\$ 60.000,00; APP Invalidez R\$ 60.000,00; APP Despesas Médicas e Hospitalar R\$ 55.000,00; Danos Morais e Estéticos R\$ 75.000,00;	OBRAS E VIAÇÃO	5.000,00	Unid	01	2.365,45	2.365,45



MUNICIPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

	Assistência 24 Horas; Quebra de vidros/retrovisores/lanternas/faróis/, taxi e guincho, Sim.						
02	RENAULT/ M REVECAP L3H2 Ano/Modelo: 2019/2019 Placa: BCU – 9I65 Chassi: 93YMAF4XEKJ664217 Combustível: DIESEL. Cobertura de casco 100% Tabela FIPE; RCF-V danos materiais e corporais R\$ 400.000,00; APP morte R\$ 60.000,00; APP Invalidez R\$ 60.000,00; APP Despesas Médicas e Hospitalar R\$ 55.000,00; Danos Morais e Estéticos R\$ 75.000,00; Assistência 24 Horas; Quebra de vidros/retrovisores/lanternas/faróis/, taxi e guincho, Sim; Carro reserva 30 dias sem limite de km.	ESPORTE	5.500,00	Unid	01	1.838,05	1.838,05
03	FIAT/UNO ATTRACTIVE 1.0 Ano/Modelo: 2019/2019 Placa: BCU – 9I78 Chassi: 9BD195A4ZK0841968 Combustível: ALCOOL/GASOLINA. Cobertura de casco 100% Tabela FIPE; RCF-V danos materiais e corporais R\$ 400.000,00; APP morte R\$ 60.000,00; APP Invalidez R\$ 60.000,00; APP Despesas Médicas e Hospitalar R\$ 55.000,00; Danos Morais e Estéticos R\$ 75.000,00; Assistência 24 Horas; Quebra de vidros/retrovisores/lanternas/faróis/, taxi e guincho, Sim;	ASSISTEN CIA SOCIAL	2.500,00	Unid	01	575,83	575,83



MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

	Carro reserva 30 dias sem limite de km						
4	ONIBUS – VOLARE V 8L Ano/Modelo: 2019/2019 – Chassi - 93PB43M10KC061144 Combustível: DIESEL Placa - BDB 7G31. Cobertura de casco 100% Tabela FIPE OU VALOR SUGESTIVO; RCF-V danos materiais e corporais R\$ 400.000,00; APP morte R\$ 60.000,00; APP Invalidez R\$ 60.000,00; APP Despesas Médicas e Hospitalar R\$ 55.000,00; Danos Morais e Estéticos R\$ 75.000,00; Assistência 24 Horas; Quebra de vidros/retrovisores/lanternas/f aróis/, taxi e guincho, Sim; Carro reserva 30 dias sem limite de km	ASSISTEN CIA SOCIAL	5.500,00	Unid	01	2.958,36	2.958,36
5	Fiat Siena 2019/2019 RENAVAM 01194915105 CHASSI 9BD19713HK3377155 Placa - BDD 9H14. Cobertura de casco 100% Tabela FIPE; RCF-V danos materiais e corporais R\$ 400.000,00; APP morte R\$ 60.000,00; APP Invalidez R\$ 60.000,00; APP Despesas Médicas e Hospitalar R\$ 55.000,00; Danos Morais e Estéticos R\$ 75.000,00; Assistência 24 Horas; Quebra de vidros/retrovisores/lanternas/f aróis/, taxi e guincho, Sim; Carro reserva 30 dias sem limite de km	OBRAS E VIAÇÃO	2.500,00	Unid	01	645,94	645,94
6	Fiat Siena 2019/2019 RENAVAM 01194912718 CHASSI 9BD19713HK3377114 Placa - BDD 9H15. Cobertura de casco 100% Tabela FIPE;	ADMINIST RAÇÃO	2.500,00	Unid	01	590,50	590,50



MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

	RCF-V danos materiais e corporais R\$ 400.000,00; APP morte R\$ 60.000,00; APP Invalidez R\$ 60.000,00; APP Despesas Médicas e Hospitalar R\$ 55.000,00; Danos Morais e Estéticos R\$ 75.000,00; Assistência 24 Horas; Quebra de vidros/retrovisores/lanternas/f aróis/, taxi e guincho, Sim; Carro reserva 30 dias sem limite de km						
7	VW Polo Track MA 2024/2025 - Renavan 01413577102 – Chassi 9BWAG5R10ST032270 Placa -TAO9G03. . Cobertura de casco 100% Tabela FIPE; RCF-V danos materiais e corporais R\$ 400.000,00; APP morte R\$ 60.000,00; APP Invalidez R\$ 60.000,00; APP Despesas Médicas e Hospitalar R\$ 55.000,00; Danos Morais e Estéticos R\$ 75.000,00; Assistência 24 Horas; Quebra de vidros/retrovisores/lanternas/f aróis/, taxi e guincho, Sim; Carro reserva 30 dias sem limite de km	SAUDE	2.500,00	Unid	01	735,02	735,02
8	VW Polo Track MA 2024/2025 - Renavan 01413573760 – Chassi 9BWAG5R1XST033474 Placa - TAO9G02 . Cobertura de casco 100% Tabela FIPE; RCF-V danos materiais e corporais R\$ 400.000,00; APP morte R\$ 60.000,00; APP Invalidez R\$ 60.000,00; APP Despesas Médicas e Hospitalar R\$ 55.000,00; Danos Morais e Estéticos R\$ 75.000,00; Assistência 24 Horas; Quebra de vidros/retrovisores/lanternas/f	SAUDE	2.500,00	Unid	01	768,87	768,87



MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

	aróis/, taxi e guincho, Sim; Carro reserva 30 dias sem limite de km						
9	CITROEN/C3AIRCROSS FLPK7 - 2024/2025 - RENAVAN - 01408659805- CHASSI - 935CNFC51SB525051 Placa -TAS3I80 – 7 lugares. Cobertura de casco 100% Tabela FIPE; RCF-V danos materiais e corporais R\$ 400.000,00; APP morte R\$ 60.000,00; APP Invalidez R\$ 60.000,00; APP Despesas Médicas e Hospitalar R\$ 55.000,00; Danos Morais e Estéticos R\$ 75.000,00; Assistência 24 Horas; Quebra de vidros/retrovisores/lanternas/f aróis/, taxi e guincho, Sim; Carro reserva 30 dias sem limite de km	SAUDE	2.500,00	Unid	01	741,66	741,66
12	ONIBUS – VW/ NEOBUS 8.180E Ano/Modelo: 2024/23025 – Chassi - 953AD5TF1SR005532 Combustível: DIESEL Placa - TAZ9A46- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEED. Cobertura de casco 100% Tabela FIPE OU VALOR SUGESTIVO; RCF-V danos materiais e corporais R\$ 400.000,00; APP morte R\$ 60.000,00; APP Invalidez R\$ 60.000,00; APP Despesas Médicas e Hospitalar R\$ 55.000,00; Danos Morais e Estéticos R\$ 75.000,00; Assistência 24 Horas; Quebra de vidros/retrovisores/lanternas/f aróis/, taxi e guincho, Sim; Carro reserva 30 dias sem limite de km	EDUCAÇÃ O	5.500,00	Unid	01	2.938,22	2.938,22



**** ITEM 04 - ONIBUS – VOLARE V 8L – VALOR SUGESTIVO R\$ 360.000,00**

**** ITEM 12 – ONIBUS – VW/ NEOBUS 8.180E – VALOR DA NOTA FISCAL – VALOR SUGESTIVO- R\$ 399.000,00.**

Carro reserva– CARRO 1.0 BASICO POPULAR.

1.3. O objeto deste instrumento deverá estar de acordo com as condições e características contidas no Pregão Eletrônico nº 006/2025.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1. O Termo de Referência;

1.4.2. O Edital da Licitação;

1.4.3. A Proposta do contratado;

1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.5. Após assinar o Contrato, a licitante CONTRATADA deverá manter sua condição de habilitação e propostas durante o período de vigência do mesmo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes da execução da presente licitação correrão à da Dotação Orçamentária:

<u>Red</u>	<u>Cod. Despesa</u>	<u>Fonte</u>	<u>Descrição</u>
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			
38	04.001.04.122.0004.2.004.3.3.90.39.00.00.	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
39	04.001.04.122.0004.2.004.3.3.90.39.00.00.	01510	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
40	04.001.04.122.0004.2.004.3.3.90.39.00.00.	01511	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO			
132	05.002.26.782.0032.2.017.3.3.90.39.00.00.	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - RECURSOS LIVRES			
173	06.001.12.361.0018.2.025.3.3.90.39.00.00.	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
EDUCAÇÃO - 5%			
192	06.004.12.361.0018.2.029.3.3.90.39.00.00.	01103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
EDUCAÇÃO 25%			
202	06.005.12.361.0018.2.030.3.3.90.39.00.00.	01104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
TRANSP. ESCOLAR - PNATE/FEDER			
220	06.008.12.782.0018.2.073.3.3.90.39.00.00.	31144	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
TRANSPORTE ESCOLAR DEMAIS RECURSOS			
225	06.008.12.782.0018.2.076.3.3.90.39.00.00.	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
226	06.008.12.782.0018.2.076.3.3.90.39.00.00.	01103	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
227	06.008.12.782.0018.2.076.3.3.90.39.00.00.	01104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA



MUNICIPIÓ DE ITAMBARACÁ
Estado do Paraná

228	06.008.12.782.0018.2.076.3.3.90.39.00.00.	01107	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
TRANSPORTE ESCOLAR - ESTADUAL			
230	06.008.12.782.0018.6.012.3.3.90.39.00.00.	31150	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO			
233	06.009.12.361.0018.2.033.3.3.90.39.00.00.	01107	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
ATIVIDADES DEPTO DE CULTURA			
241	06.010.13.392.0021.2.034.3.3.90.39.00.00.	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL			
253	07.001.08.244.0011.2.049.3.3.90.39.00.00.	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - OCA			
321	07.004.08.243.0035.6.007.3.3.90.39.00.00.	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS E RURAIS			
337	08.001.20.608.0027.2.056.3.3.90.39.00.00.	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
338	08.001.20.608.0027.2.056.3.3.90.39.00.00.	01504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA			
348	08.001.20.608.0027.2.059.3.3.90.39.00.00.	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE			
357	08.004.18.541.0025.2.065.3.3.90.39.00.00.	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
PROGRAMA FOMENTO PARA A INDUSTRIA E O COMERCIO			
370	08.006.22.662.0030.2.169.3.3.90.39.00.00.	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
DEPARTAMENTO DE DESPORTO			
388	09.001.27.812.0033.2.035.3.3.90.39.00.00.	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAUDE			
405	10.001.10.301.0013.2.161.3.3.90.39.00.00.	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
414	10.002.10.301.0013.2.038.3.3.90.39.00.00.	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
PROGRAMA PAB FIXO			
430	10.002.10.301.0013.2.046.3.3.90.39.00.00.	1494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
MANUT. FUNDO MUN.SAUDE - RECURSOS LIVRES			
435	10.002.10.301.0013.2.083.3.3.90.39.00.00.	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
PROGRAMA DE CUSTEIO EM SAUDE ESTADUAL			
438	10.002.10.301.0013.2.107.3.3.90.39.00.00.	01495	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
PROGRAMA VIGILANCIA EM SAUDE			
459	10.002.10.305.0013.2.045.3.3.90.39.00.00.	1494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA



3.1. O contrato de prestação dos serviços terá duração inicial de 12 (doze) meses e sua vigência iniciada na data da sua assinatura, que se estenderá até 12/03/2026, na forma dos artigos 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores,

CLÁUSULA QUARTA: MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, sendo este parte integrante do Pregão Eletrônico nº 06/2025.

CLÁUSULA QUINTA: SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

CLÁUSULA SEXTA: DOS PREÇOS

6.1. O valor total da contratação é de R\$ 14.157,90 (quatorze mil e cento e cinquenta e sete reais e noventa centavos).

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DOS REAJUSTES

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12/02/2025.

8.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).



8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES

9.1. A CONTRATADA obrigar-se-á: (art. 92, XIV, XVI e XVII)

a) Fornecer o objeto a ser contratado, cumprindo todas as obrigações constantes neste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

1) Comunicar imediatamente eventuais atrasos na entrega do objeto, fundamentando justificadamente e documentalmente os seus motivos; para posterior análise da CONTRATANTE; ficando a seu exclusivo critério a aceitabilidade; independente de aplicação das penalidades previstas em lei;

2) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

3) Substituir, no prazo de 03 (três) dias úteis sem ônus para a Contratante, os produtos devolvidos em razão de divergências entre o produto recebido e as especificações contidas neste Termo de Referência;

4) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

5) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

6) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

7) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, nos termos do Art. 119, da Lei Federal nº 14.133/21;



9) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10) Manter durante toda a execução do contrato todas as condições exigidas para a habilitação ou para a qualificação, nos termos do Art. 92, inciso XVI da Lei Federal nº 14.133/21;

11) No ato do pagamento, a Contratada deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certificado de Regularidade de Situação do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, com prazo vigente, junto à Tesouraria deste Município, a fim de comprovar sua idoneidade;

12) No caso de empresas locais, deverá ainda ser apresentada a Certidão Negativa de Débitos Municipais

13) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

14) Acatar todas as demais condições e assumir as obrigações contidas no Edital e no Contratos.

9.1. A CONTRATANTE obrigar-se-á: (art. 92, X, XI e XIV)

a) Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente contratação, consoante estabelece a Lei Federal nº 14.133/21; e demais normas deste edital;

b) Fiscalizar e acompanhar o recebimento do objeto deste Pregão, através dos Responsáveis pela Fiscalização e Recebimento, nomeados por Portarias;

c) Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

d) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

e) Providenciar os pagamentos à CONTRATADA à vista das Notas Fiscais Eletrônicas/Faturas; devidamente atestadas nos prazos fixados.

f) Arcar com os encargos no caso do não pagamento nos prazos e condições previstas no subitem 15.10 do Edital.

f) Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O licitante e a contratada que incorram nas infrações previstas no Artigo 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no Artigo 156 da mesma Lei, bem como no Decreto nº 5.074/2024 do município de Itambaracá/Pr.



10.2. A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo administrativo, com garantias de contraditório e de ampla defesa.

10.2.1. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;
- b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

10.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato/ata;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

10.2.2.1. Considera-se inexecução total do contrato:

- a) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- b) recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

10.2.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o Pregão Eletrônico ou a execução do contrato;
- b) fraudar o Pregão Eletrônico ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2.3.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento do processo de pregão, mesmo após o encerramento da fase de lances:

10.2.3.2. A sanção prevista no item 10.2.3, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do



Município de Itambaracá/Pr, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.3. Poderá ser aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor o valor do contrato licitado.

10.3.1. Para as infrações previstas no item 10.2.2, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.3.2. Para as infrações previstas no item 10.2.3, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados

10.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.7.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.7.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.8. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Pregão Eletrônico, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.9. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.10. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo **CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

$I = (TX/100) / 365$;

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD



11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.5. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.6. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.7. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.8. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiscalização sobre a execução das contratações da presente licitação se dará conforme as atribuições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 1610/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;



13.2.3. Indenizações e multas;

13.3. A extinção do contrato decorrente, não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento, sempre que possível, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no Portal Transparência, através do endereço eletrônico:

<http://transparencia.itambaraca.pr.gov.br:8090/portaltransparencia/1/licitacoes>.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

17.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

17.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:



- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática colusivas”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste contrato; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

17.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

17.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA: Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Andirá - Pr, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas.

Itamaracá, 12 de março de 2025

Amarildo Tostes
MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ

Aureliano José Alcantara da Silva
GENTE SEGURADORA S/A



TESTEMUNHAS:

Daniel Luiz da Silva
CPF: 004.901.859-08

Jose Aparecido de Oliveira
CPF: 450.803.489-68